



A vila de São José de Macapá e as experiências socioterritoriais no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798)

The village of São José de Macapá and the socio-territorial experiences in the context of the Pombalino Directory (1757-1798)

1 Laís Cristiane Martins Freitas  <https://orcid.org/0000-0003-0936-5690>

1. Universidade Federal do Amapá  Amapá, Brasil

2 Daginete Maria Chaves Brito  <https://orcid.org/0000-0001-9856-4290>

2. Universidade Federal do Amapá  Amapá, Brasil

3 Emmanuel Raimundo Costa Santos  <https://orcid.org/0000-0003-2463-4406>

3. Universidade Federal do Amapá  Amapá, Brasil

Autor de correspondência: dagnete@uol.com.br

RESUMO: O estudo vincula a interdisciplinaridade entre Geografia e História para analisar a importância geohistórica da Vila de São José de Macapá na Amazônia Setentrional durante o período de vigência do Diretório do Pombalino (1757-1798). Esse processo desencadeou a criação de espacialidades impulsionadas pelas atuações de indígenas, africanos, colonos e autoridades portuguesas. Assim, a pesquisa objetiva analisar as relações socioeconômicas e espaciais decorrentes da implementação da legislação do Diretório Pombalino, na Vila de São José de Macapá. Como metodologia, foram utilizadas referências bibliográficas e teóricas, além de análises documentais referentes a Vila de São José de Macapá, no atual estado do Amapá. Os resultados demonstram que as experiências coloniais na porção setentrional do Grão-Pará concentram processos socioeconômicos dinâmicos que são profícuos para o estudo da geografia histórica na Amazônia amapaense. Portanto, a análise da geografia histórica da Vila de São José de Macapá constituiu uma experiência distinta, onde diversas populações construíram espacialidades movidas por interesses e negociações que expandiram a sua importância geohistórica.

Palavras-chave: Geografia histórica. Documentos. Sujeitos históricos. Diretório dos Índios.

ABSTRACT: The study links the interdisciplinarity between Geography and History to analyze the geohistorical importance of the Vila de São José de Macapá in Northern Amazon during the period of the Pombaline Directory (1757-1798). This process triggered the creation of spatialities driven by the actions of indigenous people, Africans, settlers, and Portuguese authorities. Thus, the research aims to analyze the socio-economic and spatial relations resulting from the implementation of the Pombaline Directory legislation in Vila de São José de Macapá. As methodology, bibliographic and theoretical references were used, along with documentary analysis related to Vila de São José de Macapá, in the current state of Amapá. The results show that colonial experiences in the northern part of Grão-Pará concentrate dynamic socio-economic processes that are fruitful for the study of historical geography in Amapá's Amazon. Therefore, the analysis of the historical geography of Vila de São José de

Macapá is a distinct experience where various populations built spatialities driven by interests and negotiations that expanded its geohistorical significance.

Keywords: Historical geography. Documents. Historical subjects. Directory of the Indians.

Introdução

A aplicabilidade do Diretório Pombalino (também denominado de Diretório dos Índios) na Vila de São José de Macapá, localizada na Amazônia Setentrional, no Cabo Norte, revelou-se uma experiência geohistórica na formação do núcleo urbano, na segunda metade do século XVIII (1757-1798). O diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia possibilitou analisar as relações socioterritoriais ocorridas nesse espaço amapaense.

Destaca-se que o Diretório Pombalino foi um sistema que vigorou na Amazônia Colonial Portuguesa por mais de quarenta anos. Seu principal objetivo era transformar os aldeamentos indígenas em espaços produtivos, sendo interpretado como uma continuação do Regimento das Missões (1686-1755), desenvolvido pela administração portuguesa em suas colônias na América ao longo do século XVIII. Essa legislação era composta por 95 artigos que delegavam aos diretores a administração das povoações e vilas coloniais.

Os estudos coloniais sobre o Grão-Pará, no século XVIII, destacam a predominância de um sistema regulador e invasivo, sobretudo no cotidiano das populações indígenas e, posteriormente, dos africanos escravizados, que passou a regular a vida dessas populações por mais de quarenta anos. O projeto pombalino tinha como base a retomada da vigilância dos núcleos coloniais, pois os antigos aldeamentos indígenas deixaram de ser regulados pelos eclesiásticos e passaram a ser administrados pela Coroa Portuguesa, por meio dos diretores. Essa mudança alterou completamente a estrutura administrativa e social na Amazônia Portuguesa, redesenhando espaços e fronteiras coloniais (Marin; Gomes, 2003).

Nesse sentido, o estudo analisa a experiência geohistórica da Vila de São José de Macapá na segunda metade do século XVIII, período de auge do sistema do Diretório Pombalino. A povoação de Macapá se tornou um epicentro da administração

portuguesa, principalmente pela construção de espacialidades pelos sujeitos históricos (indígenas, colonos, africanos e portugueses). A introdução do modelo reformista por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, restituiu à Coroa Portuguesa o domínio sobre as povoações e núcleos coloniais na Amazônia Portuguesa. No entanto, a mobilização dos sujeitos históricos revelou a construção de um espaço singular, movido por interesses e negociações, demonstrando uma sociedade multiétnica.

O tema do Diretório Pombalino tem inspirado diversos estudos na área da história. No entanto, a abordagem das espacialidades pretéritas amplia a discussão sobre as experiências espaciais articuladas ao projeto modernizador da metrópole portuguesa na região. A Vila de São José de Macapá, fundada em 1758, não é um caso isolado da administração portuguesa, mas uma experiência singular que evidencia a montagem de uma estrutura socioterritorial construída sob os moldes da administração lusitana.

O Cabo Norte (área na qual o atual Estado do Amapá está inserido) apresentou centralidade durante a Companhia do Comércio do Grão-Pará, com a criação de suas principais vilas coloniais, como a Vila de São José de Macapá. Além de se tornar uma referência na dinâmica urbana colonial, esse espaço foi intensamente movimentado pela circulação de produtos e sujeitos (Malcher, 1998).

Nessa perspectiva, a pesquisa justifica-se pela importância de analisar as espacialidades pretéritas para compreender a dinâmica urbana colonial no período do Diretório Pombalino. A montagem de uma estrutura administrativa na Vila de São José de Macapá é um caso particular, somando-se às várias experiências socioterritoriais distribuídas ao longo da administração da metrópole na Amazônia do século XVIII.

Assim, o estabelecimento da legislação portuguesa projetou um novo arranjo das relações socioterritoriais sobressaltado por normas e imposições que previam o controle das populações indígenas e africanos, no entanto, o estudo suscita o seguinte problema: qual a importância do Diretório Pombalino para a construção do espaço geográfico amapaense? Como objetivo geral, a pesquisa buscou analisar as relações socioeconômicas e espaciais decorrentes da implementação do Diretório na Vila de São José de Macapá. Os procedimentos teóricos e metodológicos que sedimentam este

texto, vincula-se à leitura bibliográfica, conjuntamente a análise documental referente a Vila de São José de Macapá, no contexto do Diretório Pombalino.

Deste modo, identificou-se que por intermédio do diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia o resgate das memórias da dinâmica urbana colonial na Vila de São José de Macapá e revelou ser uma herança histórica e espacial movida pelas experiências de ameríndios, africanos e portugueses que dividiram um espaço em comum, porém construíram espacialidades diferenciadas do mesmo território fomentando conflitos, disputas e negociações a longo prazo. Essas experiências aprofundam o debate intercalando funções distintas do espaço, que é a reprodução intrínseca da sociedade no passado e no presente. Ou seja, é a base onde se inter cruzam o passado e o presente das estruturas e formas.

A estrutura do artigo está dividida em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte trata sobre a dinâmica socioeconômica na Vila de São José de Macapá no contexto do Diretório Pombalino. A segunda, trata dos principais atores vinculados à construção do espaço geográfico no contexto do Cabo Norte e a terceira sessão, analisa a organização socioeconômica e espacial da região do Cabo Norte, no Grão-Pará.

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

A dinâmica socioeconômica na Vila de São José de Macapá, no contexto do Diretório Pombalino, girou em torno da coleta das drogas do sertão. Após a abolição do Regimento das Missões, o poder e a influência dos missionários enfraqueceram e os aldeamentos indígenas passaram a ser organizados diretamente pelas autoridades portuguesas, inaugurando uma nova fase da administração metropolitana na colônia.

Esse período marca o fim da tutela missionária e repassou ao governo português a tutela permanente dos indígenas, caracterizando a primeira etapa de mudanças na forma de organização das populações indígenas para o trabalho nas povoações. Neste sentido, com a abolição do governo temporal dos eclesiásticos, a Coroa Portuguesa prolongou sua administração por meio de uma nova forma, a qual possuía traços do

regimento anterior, embora, seus objetivos específicos tivessem como centralidade a organização de um espaço economicamente produtivo na Foz do rio Amazonas, sem a presença dos eclesiásticos no andamento das atividades socioeconômicas.

A introdução do Diretório Pombalino, foi uma extensão do Regimento das Missões, (que autorizava os religiosos a administrar e regular a mão de obra indígena para o trabalho nas povoações coloniais), ambas condicionaram populações indígenas ao plano de montagem de uma economia agrícola desenvolvida no interior do atual estado do Amapá, na Vila de São José de Macapá. Para ambos os casos, as semelhanças estão relacionadas ao remodelamento das práticas culturais dos povos indígenas e a difusão de ideologias que concedeu caráter coercitivo nas práticas que usualmente eram impostas aos indígenas (Diretório, 1755).

A Vila de São José de Macapá, da mesma forma como ocorreu em toda a extensão da Província do Grão-Pará, se sustentou por longas décadas por intermédio da mão de obra indígena, durante a permanência dos missionários, essa população tinham abertura para realizar suas roças individuais ou mesmo para momentos de descanso como estratégia para mantê-los nas povoações, porém, com a alternância para o Diretório Pombalino o aumento do trabalho e a vigilância exacerbada se proliferaram como marcas de controle social e igualmente se desdobraram em experiências de resistência dos indígenas na povoação colonial (Ravena, 2005).

Os efeitos do sistema do Diretório Pombalino estavam presentes em todas as estruturas montadas na Vila de São José de Macapá. É relevante considerar a importância que os documentos coloniais imprimem sobre as experiências concretas da magnitude da administração e fiscalização colonial sobre os espaços de reprodução lusitana. O afloramento dessas experiências é manifestado pela incorporação de técnicas agrícolas, todavia, a autossuficiência esperada nas primeiras décadas não esteve no conjunto das vantagens iniciais no norte do Grão-Pará (Marin, 1990).

A Vila de São José de Macapá foi montada empobrecida de recursos, inclusive a chegada dos primeiros colonos açorianos demonstra a debilidade financeira no transporte das famílias para o Cabo Norte. Outro fator acometido se referiu ao estímulo para que os colonos desenvolvessem a agricultura nas terras do Cabo Norte (Ravena, 2005).

Na Coleção Amazônia na Era Pombalina, as correspondências oficiais destacam a preocupação das autoridades portuguesas na estruturação da povoação de Macapá, essa concepção apontada na correspondência de 1751, enviada pelo governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Rei, D. José I, demonstra que significativamente as ordenanças reais mencionaram a formação e a produtividade do núcleo colonial na porção ao norte do Grão-Pará. No fragmento da correspondência, citada por Mendonça (2005) se identifica a seguinte narrativa:

Por ser preciso e conveniente aos serviços de S. Maj. que na nova povoação e fortaleza do Macapá haja uma pessoa que não só contenha aqueles novos moradores em paz, mas que também os persuada ao trabalho e a cultura das terras, não deixando precipitar esta gente no abominável vício da preguiça, nem no outro igualmente perniciosos que é o desprezo do trabalho manual, o qual tem sido muita parte de se reduzirem esta terra à penúria e miséria em que se acha [...] (Mendonça, 2005, p. 32).

Na citação se observa que o governador do Grão-Pará, solicitou ao Rei o envio de uma autoridade militar para organizar os primeiros colonos nas novas terras. Certa atenção merece ser concedida às primeiras décadas de instalação dos colonos açorianos. A travessia das famílias foi uma das primeiras ações que atribuíram aos colonos a função de fomentar a agricultura na povoação de Macapá.

Embora no fragmento não seja evidenciado, as atividades na porção setentrional, que estiveram por longos períodos exauridos de produção, esse controle da população recém-chegada demonstrou que as economias dos cofres reais demandam rápida ascensão. No entanto, as condições encontradas pelos novos moradores eram relativamente distantes do que realmente acreditava que iriam desenvolver na povoação recém-instalada.

Neste sentido, o governador solicitava uma autoridade militar para organizar as primeiras famílias açorianas em suas respectivas funções. Na história da Amazônia colonial a base da economia era agrária e extrativista, assim, o trabalho nas lavouras consistia na principal base da estrutura econômica na Vila de São José de Macapá. Em outro fragmento da correspondência, o governador determinava que, apenas para as atividades de caça e pesca, os colonos deveriam solicitar a mão de obra dos indígenas.

Para evitar o abuso que está tão arraigado nestas terras de que só os índios são os que devem trabalhar, e que a todo o branco é injurioso pegar em instrumento para cultivar as terras, não consentirá V. mercê que estes povoadores se sirvam de índio algum para o trabalho da cultura; no de qualquer outro mais que, somente daqueles que lhes estão destinados para os pescadores e caçadores [...] (Mendonça, 2005, p. 33).

Analisando o fragmento de texto é possível inferir que os indígenas deveriam executar funções específicas. Marin (1999), reforça essa análise quando considera a experiência agrícola na povoação de Macapá como a junção da natureza primitiva e a incorporação de técnicas voltadas para engendrar uma economia agrícola mercantil e reforça sua análise explicando que

Nesse ponto, a colonização do vale amazônico estabelece e desenvolve sua base econômica, enfrentando, entre outros problemas cruciais, o da rentabilidade dos empreendimentos. A expansão da economia extrativista e agrária está embrenhada no desenvolvimento das formas de trabalho e de complementariedade entre ambas (Marin, 1999, p. 33).

A experiência da agricultura comercial na Costa Setentrional do Grão-Pará não deve ser considerada um fenômeno isolado das relações sociais estabelecidas, pois as estruturas agrárias nessa região foram o pano de fundo de diversas ações dos sujeitos históricos. No Cabo Norte, residiam conflitos e disputas em torno de mão de obra para o trabalho nas lavouras, assim, a gestão e manutenção das atividades agrícolas foi desafiador para a metrópole portuguesa, igualmente para a sobrevivência dos seus moradores (Marin, 1999).

A base da economia colonial consistiu, neste período, na atividade extrativista. Anteriormente, a administração dos religiosos permitiu que os aldeamentos se transformassem em grandes e prósperos empreendimentos coloniais expandindo seus efeitos em um vasto território que compreendia toda a faixa setentrional do Grão-Pará. A partir da implantação do Diretório Pombalino, as povoações coloniais consistiram em extensões da organização portuguesa orientadas pela permanência dos resquícios da administração eclesiástica oriunda do Regimento das Missões. Com o rompimento da administração religiosa sobre os núcleos coloniais, os vastos territórios se transformaram em verdadeiros cenários de experiências políticas e sociais que

sobressaltam as fronteiras físicas, tornando-se centros de reprodução do protagonismo de diversos sujeitos históricos.

Analisando a historiografia da Amazônia Portuguesa e do Grão-Pará, neste período, entende-se a sua importância para a formação urbana na Amazônia brasileira. A construção dos processos históricos e espaciais são evidências predominantes na atual configuração das cidades. É evidente que as espacialidades e funcionalidades urbanas se modificaram ao longo do tempo. Porém, percebe-se o alcance das intervenções estrangeiras em contato com as populações locais e o desencadeamento das experiências sociais em todas as esferas da sociedade colonial no espaço atual.

O espaço é o produto das relações humanas operando no tempo. A Geografia interpreta essas modificações mediante as alterações no espaço geográfico, não obstante, a reconstituição dos espaços é um exercício de repensar as formas e estruturas pretéritas de um determinado contexto histórico (Santos, 2008).

O espaço não é uma categoria de análise vinculada diretamente à história. Mas sim, uma das principais categorias desenvolvidas na ciência geográfica, sobretudo, na geografia histórica ou a geografia do tempo, que permite analisar o espaço e suas espacialidades pretéritas e contemporâneas. No âmbito das ciências humanas, a História e a Geografia permitem ter uma visão panorâmica do espaço em movimento, portanto, Geografia, Espaço e História estão interrelacionados e essa concepção interdisciplinar agrega novas interpretações a respeito das materialidades do espaço (Barros, 2007; 2017).

As experiências instauradas na fronteira norte do Grão-Pará foram decisivamente importantes para a formação das espacialidades no contexto do Diretório Pombalino, este sistema orientou e conduziu sucessivas ações voltadas a arregimentação das populações indígenas e se encarregou das mais importantes transformações no espaço amazônico durante a segunda metade do século XVIII.

Com base nesta análise, infere-se que os núcleos e vilas coloniais se tornaram espaços heterogêneos e complexos onde se vinculou a convivência entre a administração colonial e as populações indígenas por mais de quarenta anos. Esse período é marcado pela atuação constante das autoridades portuguesas e a documentação produzida sobre

esse período demonstra a complexidade das relações socioeconômicas estabelecidas nessa região, dinamizando a construção de versões sobre as experiências na Amazônia Setentrional Portuguesa.

INDÍGENAS, PORTUGUESES E AFRICANOS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

A formação da Vila de São José de Macapá é uma experiência da pressão metropolitana para manter a região sob o controle português e o desenvolvimento da agricultura comercial na Amazônia Portuguesa foi influenciada pela criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará, proporcionando à administração portuguesa avanços e tendo como cenário o Diretório Pombalino que dinamizou as relações socioterritoriais na costa setentrional do Grão-Pará.

Essas experiências evidenciam que, além da implantação do povoamento de Macapá, as condições de espaço fronteiriço, também, repercutiu na formação e na manutenção das populações que residiam no núcleo colonial. Assim, a experiência no Cabo Norte possibilitou observar esse espaço não exclusivamente pela ótica do trabalho, mas como um espaço em que vários atores (indígenas, portugueses, africanos, colonos) se movimentavam nessa fronteira e construíram perspectivas individuais e coletivas impulsionadas pelo desejo de liberdade e a conquista de outros interesses (Marin; Gomes, 2003).

A documentação pesquisada do período colonial demonstra que o Grão-Pará era considerado pelas autoridades portuguesas como um espaço de reprodução de experiências sociais, as referências ao controle das populações indígenas e, posteriormente, dos africanos são percebidas nessas correspondências, ampliando reflexões sobre as especificidades do período colonial.

Os padrões de comportamento ordenados pela Coroa Portuguesa em relação aos indígenas e africanos são importantes para compreender como pessoas comuns tiveram suas vidas reguladas pelo sistema colonial, grande parte das ações movidas por esses sujeitos estão relacionadas a garantia da liberdade em oposição às imposições da

administração metropolitana nos núcleos coloniais (Almeida, 2010; Marin; Gomes, 2003;).

Analisando as correspondências coloniais produzidas na segunda metade do século XVIII se constata informações sobre o cotidiano das populações no Cabo Norte. As narrativas demarcam importantes fases da atuação portuguesa na Costa Setentrional para a manutenção do núcleo colonial. Com o término do Regimento das Missões, o Marquês de Pombal articulou para a Amazônia Colonial Portuguesa um projeto com vistas ao controle dos indígenas ex-aldeados, para o trabalho nas novas povoações, sob administração dos diretores (homens brancos, representantes de Portugal), essa transição marcou mudanças na forma de organização do trabalho, sendo que a retirada dos missionários impulsionou as relações sociais entre portugueses e indígenas que se tornaram mais complexas, resultando em espacialidades históricas (Marin; Gomes, 2003).

No ofício de D. Francisco de Souza Coutinho, enviado em 8 de julho de 1782, o governador reforçou em seu discurso a proximidade dos franceses na Costa Setentrional do Grão-Pará e os possíveis riscos à segurança da povoação de Macapá. A partir do ano de 1700 as disputas entre portugueses e franceses na fronteira do Oiapoque se apresenta como uma preocupação, em função da derrubada de fortificações que auxiliavam o comércio entre indígenas e franceses (Marin; Gomes, 2003).

A zona fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa é considerada ponto de partida para entender como o plano de defesa dessa região esteve entre as principais demandas que envolveram o controle do território exponenciando as ações dos portugueses para a fixação de barreiras para impedir a entrada e circulação dos franceses nesses espaços. A correspondência informava que haveria um possível contrabando de indígenas, dessa forma o reconhecimento de toda a região da costa e arredores deveria ser assegurada pois,

Alem deste indispensavel conhecimento me pareceo não menos indispensavel saber também se pela parte do Macapá haveria alguma comunicação com os Francezes, quando menos por motivo de Contrabando; desde logo sube, e muito mais depois do reconhecimento, que de toda a Costa, Rios e Lagos até ao Cabo do Norte mandei fazer pelo Ajudante daquela Praça Manoel Joaquim

de Abreu, que nada havia que pudesse motivar desconfiança de comunicação (Itamarati, 1782, Códice 340).

Os reforços militares na vigilância da fronteira partiram da necessidade de controlar o fluxo de indígenas nessa região, embora não seja identificado na correspondência, os portugueses lutavam contra a ideia de que os indígenas mantivessem contato com os franceses, por isso, a proteção da fronteira era uma preocupação visível no plano e nas estratégias de defesa da parte setentrional do Grão-Pará. Pois, os franceses poderiam seduzir os indígenas para atravessarem a Caiena. Neste sentido, Marin; Gomes (2003) ressaltam que

Tudo quanto porem daquele Diario de reconhecimento deprehendi se reduzia em summa à necessidade de observar, e prevenir os progressos, que pudessem intentar os Francezes para se avizinhare, e para se senhorearem dos importantes Lagos d'Araguary, progressos que por agora estavam muito em principio, por terem somente a insignificante Povoação do Quanyany que fica já dentro da Raya terminada pelo Rio d'Ouyapok (Marin; Gomes, 2003, p. 73).

O controle intermitente dessa região e as constantes fugas atribuíram a faixa setentrional e a própria Vila de São José de Macapá um aspecto importante e dinâmico na construção das experiências coloniais, enfatizando que os limites fronteiriços e a vigilância das autoridades portuguesas não impediram que houvesse o contrabando de indígenas, ou mesmo, sua resistência diante da vigilância e coerção das autoridades portuguesas no contexto do Diretório Pombalino na Amazônia (Marin; Gomes, 2003). Observando os documentos oficiais produzidos pela administração colonial se percebe a preocupação constante dos portugueses na segurança das fronteiras, além do desenvolvimento de estratégias para assegurar a proteção da Costa Setentrional. Nesse contexto, a Vila de São José de Macapá se tornou uma das principais vias para que as experiências coloniais fossem articuladas e projetadas sobre este espaço. Tanto a organização da Vila, quanto a manutenção da segurança eram preocupações contínuas da administração portuguesa, sobressaltando as experiências nos rincões da Amazônia Portuguesa. Ou seja, além das fronteiras físicas, a faixa fronteira entre o Grão-Pará e a região das Guianas, passou a ser ponto vital fertilizado pelas experiências de fugas e contrabando de indígenas e africanos (Marin; Gomes, 2003).

A dinâmica territorial vislumbrada na Vila de Macapá extrapolou os limites políticos e administrativos estabelecidos pela Coroa Portuguesa mediante o controle das fronteiras, demonstrando que as povoações coloniais não eram espaços apenas de reprodução do trabalho, mas espaços de convivência e troca de experiências, ponto intrínseco de relações coloniais conduzidas por complexos e variados interesses e conflitos. Na sequência, em outro trecho da correspondência, o governador informava que os franceses representavam grande desafio para se manterem afastados da região próxima a Macapá.

O contexto em que se baseou a fixação da administração portuguesa mediante a vigência das normas do Diretório Pombalino, reafirmou os interesses mercantilistas almejados pelo Rei de Portugal, D. José I, mediante a atuação do Marquês de Pombal, a fusão entre os interesses do Império Português em estabelecer colônias economicamente produtivas e a influência iluminista incorporada em sua figura, repercutiu em desdobramentos políticos e sociais no interior e nos entornos das povoações coloniais, sobretudo, durante o século XVIII (Santos; Souza, 2022; Ravena, 1999).

As marcas da administração portuguesa na Amazônia Setecentista são visíveis na atual configuração socioespacial das cidades amazônicas. A montagem dos primeiros núcleos urbanos vinculados ao projeto reformista do Marquês de Pombal instituiu estruturas e formas consideradas modernas para o século XVIII. Em contrapartida, os impactos da colonização portuguesa foram exorbitantes no cotidiano das populações que residiam nesses espaços altamente heterogêneos.

As povoações e vilas coloniais eram um misto da reprodução colonial portuguesa com elementos da vida nativa e ribeirinha. Nas documentações coloniais, situam-se características dos modos de vida nativo e ribeirinho onde a dependência do transporte fluvial, principalmente por meio das canoas, significava acesso às novas povoações, transporte de trabalhadores e alimentos e circulação de mercadorias. Assim, os rios amazônicos eram expressivas vias de acesso e comunicação (Marin; Gomes, 2003; Ravena, 2005; Santos; Souza, 2022).

Importantes interpretações sobre o cotidiano das povoações coloniais e em particular, da Vila de São José de Macapá, mostram as vastas e complexas experiências no mundo do trabalho colonial e as relações sociais articuladas na Amazônia Setecentista (Brito, 1999; Marin, 1999; Coelho, 2005). Neste sentido, as experiências não foram exclusivamente protagonizadas pelos portugueses, embora, nas correspondências oficiais as autoridades tenham omitido várias informações que incidem o protagonismo indígena e negro nas fronteiras do Grão-Pará, entende-se que essa prática não era um mecanismo isolado, mas seguiam concepções ideológicas, políticas e administrativas que tinham efeitos altamente excludentes e minimizavam a diversidade populacional existente na região (Marin; Gomes, 2003; Souza Júnior, 2013; Monteiro, 1999; Almeida, 2010).

Neste contexto, não era conveniente às autoridades portuguesas evidenciar os indígenas e africanos escravizados nas documentações coloniais, identifica-se que mediante essa prática o real objetivo era neutralizar as ações desses sujeitos históricos restringindo os meios de acesso à liberdade e intensificando os mecanismos de subordinação da administração colonial. Porém, os documentos constituem material imprescindível como fontes de experiências nas esferas da vida política, econômica, social e cultural produzidas pelas sociedades, em contextos temporais e espaciais diversificados, assim, o documento é considerado um conjunto profícuo da vida humana, registro contínuo da história (Karnal; Tatsch, 2012).

Na história da América Portuguesa, o período do Diretório Pombalino é considerado uma das fases mais importantes na gestão portuguesa sobre suas colônias ultramarinas. Com a assinatura e consumação do Tratado de Madrid (1750), que determinava a posse do território pelo princípio de *uti possidetis* (a nação que ocupasse primeiro teria direito sobre o território) a vigilância e os investimentos da metrópole passaram a ser frequentes no cotidiano das povoações e nos núcleos populacionais. Essa prática integrava ao conjunto de ações de proteção e segurança do território intensificadas com as disputas fronteiriças fomentadas nessa região.

A Coroa Portuguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII investiu grandes esforços para resguardar suas colônias, uma das principais formas de evitar as invasões estrangeiras

era resguardar as fronteiras, por isso, uma das preocupações das autoridades lusitanas era manter as fronteiras sob vigilância constante diminuindo quaisquer possibilidades de abertura e acesso aos territórios por outras nacionalidades (Almeida, 2010).

Cotidianamente essa realidade nem sempre condizia com o que ocorria nas povoações coloniais. O Diretório Pombalino foi um sistema aprisionador das populações indígenas, porém, as ordenanças vinculadas à legislação nem sempre condisseram com o cenário gerido pela administração portuguesa devido às constantes fugas e conflitos entre indígenas e os diretores. As experiências nos núcleos coloniais urbanos evidenciam uma sociedade heterogênea, principalmente a partir deste Diretório, formada por grupos étnicos diferenciados e diversificados culturalmente, esse contraste social era uma das principais características que contribuíram para a organização de redes de fugas e disputas entre indígenas e portugueses no período do Diretório (Coelho, 2005; Almeida, 2010).

O cenário promovido pela ascensão do Diretório Pombalino está materializado na documentação produzida pelas autoridades lusitanas. As relações estabelecidas na Amazônia colonial descrevem as múltiplas experiências protagonizadas por diferentes sujeitos históricos: indígenas, negros africanos, colonos, soldados desertores e portugueses. Dessa forma, considera-se que para além das imposições da Coroa Portuguesa, tendo como instrumento o Diretório, é relevante explicar que no vasto campo das relações sociais os grupos étnicos construíram e protagonizaram ações de resistência e negociações na Amazônia Portuguesa, incidindo a construção de novos espaços de construção identitária (Marin; Gomes, 2003; Almeida, 2010; Santos, 2014).

A metrópole portuguesa vislumbrava no Grão-Pará contornar os prejuízos erários com o terremoto que devastou Lisboa/Portugal, em 1755. O investimento para além-mar significava estender a administração portuguesa por toda a Amazônia Oriental, aos espaços mais remotos de toda a porção territorial cobiçada pelos portugueses. O Grão-Pará compreendia uma sociedade multifacetada com um largo histórico de conflitos e negociações estrangeiras intermediadas por autoridades coloniais que conduziram processos de disputas territoriais embasadas em questões e limites fronteiriços até então mal resolvidos (Marin; Gomes, 2003).

Essa característica se aprofunda com a vigência do Diretório Pombalino quando ocorreu a regulação da mão de obra indígena, a permanência de diretores e colonos nas povoações e posteriormente a inserção compulsória do trabalho africano. Estas foram algumas das principais razões que deixaram as relações fronteiriças ainda mais densas e complexas. A esse respeito Marin; Gomes (2003) afirmam que

Segmentos dessas fronteiras constituíram uma rica invenção de sociedades multifacetadas, de horizontes históricos e culturais que se sobrepuseram e se alteraram por interferências externas e pela interação de grupos que ali conviviam. Essas fronteiras foram construídas e imaginadas conforme os interesses dos administradores de cada colônia em debater os limites territoriais e as formas de controle dos trabalhadores [...] (Marin; Gomes, 2003, p. 70).

Neste contexto, as experiências nas fronteiras do Grão-Pará reforçaram a complexidade das relações sociais tecidas nesse espaço da Amazônia Portuguesa. Indígenas, negros e autoridades portuguesas conduziram e firmaram relações sociais quando se moviam entre as fronteiras e os espaços coloniais seguindo distintos propósitos, substancialmente, essa condição fronteiriça é uma via diferente para compreender as espacialidades históricas produzidas nesse campo circundante que foi o Grão-Pará na segunda metade do século XVIII.

As povoações coloniais e, por conseguinte, as vilas coloniais foram espaços de experimentação da administração portuguesa articulada aos modos de vida amazônico, no caso do Grão-Pará essa definição atingiu níveis ainda maiores em detrimento das relações sociais estabelecidas nas fronteiras, o passado colonial na Amazônia Oriental é uma experiência fundamental para compreender como os sujeitos históricos estabeleceram redes de contato, recriando espaços e identidades em escalas locais e regionais (Ravena, 1999; Marin; Gomes, 2003).

A diversidade de elementos que caracterizaram a sociedade colonial no Grão-Pará, durante o século XVIII, movimentou as fronteiras amazônicas, deliberando novos rumos da atuação portuguesa e conseqüentemente da espacialização das relações sociais dos sujeitos históricos no espaço colonial amazônico. Nesse sentido, as vilas coloniais eram verdadeiros redutos de relações sociais, pois representavam a combinação de diferentes

elementos endógenos e exógenos cujas funcionalidades podem ser observadas no cotidiano das povoações.

As povoações coloniais eram expressivas construções do modelo reformista projetado em anos consecutivos da vigência do Diretório Pombalino, gradualmente a elevação dos povoados em vilas coloniais desencadeou inúmeras transformações nos modos de vida, introjetando novas relações sociais com o espaço que paulatinamente anexava formas e traços portugueses (Malcher, 1998). Assim, compreende-se que a correlação entre o espaço e os sujeitos foi fator predominante no século XVIII, a implantação de um modelo de organização inspirado nas ideias iluministas e reformistas vincula não somente a maneira como as formas de organização passaram a ser articuladas, mas a própria relação com o espaço ocupado foi alterada.

Neste sentido, o espaço é a reprodução gradual entre sociedade e o respectivo território, portanto, a fluidez das relações sociais é percebida pela interação contínua entre a sociedade e o espaço ocupado, isso significa que para o espaço existir é necessário a coexistência de relações sociais em um conjunto de formas espaciais, essa relação materializada é a reprodução da vida em movimento (Santos, 2014). A Vila de São José de Macapá foi criada com finalidades específicas para atender aos objetivos e demandas da metrópole portuguesa na Amazônia Oriental, especificamente nas Terras do Cabo Norte. Essa experiência fomentou articulação das autoridades portuguesas em conduzir ações de implantação do núcleo colonial.

A retirada dos missionários da administração dos aldeamentos indígenas pela Coroa Portuguesa delegou aos diretores a organização interna das vilas coloniais, estes segmentos da expansão portuguesa foram espaços de reprodução do cotidiano de várias populações, esses núcleos subsistiram ao longo da administração portuguesa, todavia, com a introdução do Diretório Pombalino, essas extensas áreas onde eram reproduzidos diferentes modos de vida foram sendo cada vez mais delimitadas e restringidas a administração portuguesa, tornando-se centros da reprodução do projeto da reforma pombalina nas possessões ultramarinas de Portugal.

A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO CABO NORTE

Nos primeiros anos que sucederam a instalação da povoação de Macapá, as autoridades portuguesas enfrentaram obstáculos geográficos para a implantar uma economia agrícola rentável aos cofres reais, assim, as primeiras décadas foram experiências de adaptação, improvisação e carência de alimentos nesta parte da Amazônia Setentrional. A região do Delta do Amazonas era um ambiente de terras inundáveis com pouca viabilidade para a agricultura, principalmente a plantação de arroz devido às chuvas frequentes, essa área sofria com as inundações o que era considerado um obstáculo para a implantação da agricultura comercial e a sobrevivência dos moradores recém-chegados à nova povoação de Macapá, na segunda metade dos setecentos (Marin, 1999; Ravena, 1999).

O primeiro grupo de colonos enviados para a povoação de Macapá se estabeleceu de maneira improvisada, o transporte das famílias açorianas ocorreu sem grandes investimentos da metrópole portuguesa. O povoamento no Cabo Norte transpareceu visíveis ações de improvisação e a princípio com grande instabilidade, principalmente no que tange ao abastecimento interno. Terras agricultáveis e prósperas era um dos principais objetivos comerciais da Coroa Portuguesa, todavia, os alagamentos e mesmo a falta de mão de obra para o trabalho e cultivo das terras eram dificuldades que afetava não somente os cofres reais, mas, diretamente a sobrevivências das famílias açorianas (Santos; Sousa, 2022).

Assim, a Coroa Portuguesa estabeleceu na Amazônia Setentrional uma logística movida pela junção de técnicas produtivas e governamentais, essa característica elementar ocasionou mudanças na concepção do espaço e o rumo das relações sociais tecendo novas dinâmicas socioterritoriais no vale amazônico, em geral e, em particular, nas Terras do Cabo Norte. Essa perspectiva introjetada na Costa Setentrional resultou em experiências que aprofundaram o debate das relações geográficas e socioespaciais no período colonial amazônico, isto é,

No estado do Grão-Pará e Maranhão, o governo geral se estabeleceu como principal agente fomentador deste processo. As antigas missões foram

transformadas em vilas e atividades econômicas foram estimuladas - por exemplo, como foi o caso do cultivo de arroz nas várzeas do canal norte do rio Amazonas. A produção, circulação e comercialização foram práticas realizadas pela Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão criada em 1755 na cidade de Belém. Tal companhia estimulou transferências de escravos para a Amazônia e monopolizou todas as etapas produtivas (Santos; Souza, 2022, p. 2).

À medida que as povoações coloniais eram expandidas pela Amazônia Portuguesa os contornos territoriais também eram alargados e movidos pelas dinâmicas dos sujeitos históricos sobre o espaço geográfico. A introdução da agricultura comercial principalmente o cultivo de arroz conduziu grande parte dos rendimentos da Coroa Portuguesa, no Cabo Norte.

A Companhia do Comércio, instituída em 1755, é uma das experiências que conduziram à remontagem de um modelo econômico comercial para toda a Amazônia Portuguesa. Por conseguinte, a Vila de São José de Macapá vivenciou a experiência de aperfeiçoamento da agricultura comercial no delta do Amazonas reproduzindo uma sequência de atividades econômicas por intermédio da reprodução de espacialidades, situação que foi executada com o Diretório Pombalino, que especificava o trabalho nas lavouras (Santos; Souza, 2022; Ravena, 2005).

No artigo 17 da legislação do Diretório Pombalino, os diretores teriam funções específicas quanto a organização e fiscalização do trabalho nas lavouras. De acordo com o corpo administrativo, aos indígenas seria obrigatório o cultivo das terras, tendo em vista que a base econômica da sociedade colonial era a agricultura. Na primeira etapa a atividade agrícola deveria abastecer os aldeamentos indígenas, prática bastante rentável para os missionários durante o Regimento das Missões. No entanto, com a introdução do Diretório Pombalino a produção agrícola deveria atender as demandas internas e a Companhia do Comércio do Grão-Pará simultaneamente, ou seja,

Em primeiro lugar cuidarão muito os diretores em que lhes persuadir o quanto lhes será útil o honrado exercício de cultivarem as suas terras, porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundância as suas casas, e famílias; mas vendendo os gêneros, que adquirem pelo meio da cultura, se aumentarão neles os cabedais à proporção da lavoura, e plantações, que fizeram. E para que estas persuasões cheguem a produzir o efeito, que se deseja, lhes farão compreender os Diretores, que a sua negligência, e o seu descuido, tem sido a

causa do abatimento, e pobreza, a que se acham reduzidos; não omitindo finalmente diligência alguma de introduzir neles aquela honesta e louvável ambição que desterrando das Repúblicas o pernicioso vício da ociosidade, as constitui populosas, respeitadas e opulentas (Diretório Pombalino, 1755, Art. 17).

O trabalho indígena durante o período colonial amazônico foi uma das principais molas propulsoras da economia na Amazônia. Essa dependência repercutiu em diferentes contextos da formação dos núcleos urbanos. A utilização e dependência da mão de obra nativa provocou momentos de instabilidade pela carência de trabalhadores, o aprisionamento das populações indígenas, proibição dos costumes nativos, violência exercida e controle dos diretores são algumas das principais razões para que indígenas resistissem aos serviços da Coroa Portuguesa. Nas Terras do Cabo Norte, assim como em grande parte da Amazônia Portuguesa, essa experiência é considerada uma das principais razões para que houvesse disputas, negociações e conflitos entre autoridades portuguesas e povos indígenas.

O Cabo Norte se consolidou como o espaço geográfico cujas experiências revelaram um espaço simultâneo onde a intervenção portuguesa operou em níveis semelhantes tanto no controle das populações indígenas para o trabalho na agricultura comercial, quanto para a manutenção dos gêneros para o abastecimento interno da Vila de São José de Macapá (Santos; Souza, 2022).

Nesse contexto, compreende-se que as formas de organização econômica na Amazônia Setentrional estiveram pautadas em duas vias de acesso e manutenção influenciadas pela cultura e a introdução de técnicas do trabalho manual voltadas à atividade na agricultura. Assim, a articulação dessas duas modalidades provocou o andamento das atividades comerciais apesar de apresentar fragilidades existentes na própria questão do abastecimento interno da vila (Ravena, 2005).

Essa vinculação entre a Vila de São José de Macapá em torná-la um espaço produtivo mediante a arregimentação de mão de obra indígena demonstrou ser uma combinação entre a conjuntura política e administrativa acionada pela metrópole portuguesa na segunda metade do século XVIII. O envio de famílias de colonos para a povoação de Macapá, em 1751, possibilitou a construção de novas espacialidades distribuídas ao longo de toda a extensão setentrional da Amazônia, valendo-se de mecanismos

reguladores de mão de obra como foi o sistema do Diretório Pombalino. A Coroa Portuguesa, mediante a administração do governador Mendonça Furtado, disseminou práticas coercitivas contra as populações indígenas concentrando plenos poderes administrativos nas mãos dos diretores (Santos; Souza, 2022).

Portanto, os processos não se esgotaram apenas na transformação natural do espaço geográfico colonial, progressivamente os impactos se tornam marcas visíveis da pressão portuguesa em estabelecer nos espaços coloniais uma estrutura condizente com os objetivos de ocupação e povoamento. Certamente, ao longo do século XVIII, essas transformações espaciais são evidenciadas gradativamente pela implantação de fluxos e redes de abastecimento e comunicação as quais, aos poucos, são alteradas em diferentes momentos da experiência colonial (Santos; Souza, 2022; Becker, 2005).

A Amazônia brasileira é uma experiência latente da geopolítica exercida pelos agentes colonizadores, os projetos de integração e povoamento destinados à região amazônica são exemplos da pressão estrangeira em estabelecer e fixar estruturas administrativas que modificaram as formas sociais pré-existentes. Neste contexto, é necessário compreender que a experiência colonial portuguesa na Amazônia disseminou um arcabouço de ideias e práticas que visavam transformar essa vasta região em um campo da reprodução do trabalho. No entanto, esse processo é caracterizado pela adesão de experiências políticas, sociais e agrárias. Assim, a Amazônia brasileira se destaca pela sua experiência histórica e geográfica articulada pela mobilidade de diferentes grupos étnicos (Becker, 2005).

É prudente lembrar que as vilas e povoações coloniais eram verdadeiros organismos vivos tecidos pelas ações de diferentes grupos étnicos. No período colonial residiram espacialidades complexas construídas pelas sociedades amazônicas. A Amazônia Setentrional se tornou um campo onde profícuas relações sociais foram tecidas e reconstruídas, por isso, a região do Cabo Norte deve ser interpretada pela dinamicidade política, econômica e social mediante a espacialização dos seus conteúdos e objetos. O exercício de analisar o passado das cidades está intermitentemente associado às experiências dos sujeitos sobre o espaço e é no entreposto entre espaço e tempo que reside a base da geografia histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação do Diretório Pombalino na região do Cabo Norte deve ser compreendida como uma extensão da política metropolitana portuguesa, tendo em vista, que seu caráter se desdobrou em um processo histórico. Ou seja, essa legislação é estudada como uma das políticas mais complexas e extensas da metrópole sobre os territórios da Amazônia Portuguesa.

O Diretório Pombalino é considerado um processo histórico em termos de sua abrangência espacial e social, dessa forma, concentrou grande parte de seus dispositivos a coerção ideológica das sociedades indígenas, para além da defesa do território, os indígenas eram vistos pelas autoridades portuguesas aliados importantes no processo de expansão das colônias portuguesa e como trabalhadores no projeto de colonização na Amazônia.

Assim, a Vila de São José de Macapá construiu uma centralidade durante o efetivo funcionamento deste Diretório, na Amazônia Setentrional. A partir da chegada das primeiras famílias açorianas, o Cabo Norte adquiriu importância na rede e circulação de gêneros alimentícios e mercadorias, tendo em vista, sua localização geograficamente estratégica na porção setentrional do Grão-Pará. Desse modo, a organização espacial, também, foi uma questão importante na construção das espacialidades no Cabo Norte devido às demandas fronteiriças presentes e que passaram a ser afloradas na segunda metade do século XVIII.

As vilas eram espaços onde se desenrolaram várias experiências coloniais e, com a inserção do Diretório Pombalino as povoações coloniais tornaram-se centro de reprodução das atividades econômicas, grande parte dessas informações está presente em variadas documentações sobre esse período.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. de. **Os índios na história do Brasil** /Maria Celestino de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BARROS, J. D'A. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, J. D'A. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**/José D'Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19(53), 2005. p. 71-86.

BRITO, C. M. C. Índios das “Corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. In: ACEVEDO, R. E. **A escrita da história paraense**. Belém: UFPA, 1998. p. 115-137.

COELHO, M. C. O Diretório dos Índios: Possibilidades de Investigação. In: COELHO, M. C. Et. Al. **Meandros da História: Trabalho e Poder no Grão-Pará e Maranhão Séculos XVII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005.

KARNAL, L; TATSCH, F. G. Documento e História: A memória evanescente. In: PINSKY, C. B; LUCA, T. R. de. (Orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, 1. ed., 2ª reimpressão. pp. 20-24.

MALCHER, R. **As cidades da Amazônia no século XVIII** – Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP/ publicações. 2ª edição, 1998.

MARIN, R. E A. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)** /Flávio dos Santos Gomes (organizador). Maria Fernanda B. Bicalho (et al.]. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.p. 33-62.

MARIN, R. E. A; GOMES, F. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). **Revista de História** (USP), nº 149, dezembro, 2003, p. 69-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18966>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MENDONÇA, M. C. de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo II, III. (Edições do Senado Federal. v. 49, A-B-C).

MONTEIRO, J. M. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 237-249.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n.2. Dez., 2005, p. 125-149. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/55>, Acesso em: 21 jun. 2023.

SANTOS, E. R. C; SOUZA, D. A. S. Vilas, Circulação e Espaços Produtivos nas Terras do Cabo Norte. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n.40, e64995, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/64995>. Acesso em: 15 Dez. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/Milton Santos. - 4. ed.4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Coleção Milton Santos;1).

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Dias. – 6. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 77-81.

SOUZA JÚNIOR, J. A. de. Negros da Terra e/ou Negros da Guiné: Trabalho, Resistência e Repressão no Grão-Pará no Período do Diretório. **Afro-Ásia**, n.48, 2013, pp. 173-211. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/xdpBVJs9K4Fckj5s5DqJJdk/#>. Acesso em: 15 Dez. 2022.

Fontes

Arquivo Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, código 340 – 1 Offício de D. Francisco de Souza Coutinho ao senhor Marinho de Mello e Castro, falando sobre os contatos nas fronteiras, doc. 62, 8 de julho de 1782, Documento copilado do Arquivo do Conselho Ultramarino, maço nº de ordem 479 - A. pp. 89-90.

Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Majestade não mandar o contrário – 1755. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca <http://bd.camara.gov.br>. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/hdsf/handle/id/518740>. Acesso em: 15 Nov. 2022.

Recebido: 24/04/2025 Publicado: 08/08/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito